



**Brasília, 26 de março de 2014.**

**DN em Brasília:** Paulo Henrique Santos, Luiz Antônio Araújo, Gibran Jordão, Rosângela Costa, João Paulo Ribeiro, Rolando Malvásio, Edson Lima, Marilda Silva, Angela Targino, Rogério Marzola, Rildo Conceição.

**CNG: SINTUFSC** (Otávio Pereira e Jorge Fernandes), **SINT-IFESgo**(Eduardo Marques Santos, Edvaldo Claudino de Lima, Michely Coutinho Mariana Barbosa), **SINTET-UFU**(Antonio de Araújo, Adair Andrade, Wilson Batista da Silva e Guilherme Augusto), **SINTUFF**(Sebastiana Palmeira, Carlos Abreu, Adilson Botelho, Avenir Pimentel, José Antonio Siqueira, Hélio Cabral, Carlos), **SINTEST-RN**(Meneleu Bezzera Lins Neto), **SINTESAM**( Sebastião Carlos Cabral – Sabá), **SINDITEST-PR**(Larissa Piazzetta Gysi, Marisa Ribas Arruda, Danielle Graciane de Souza, Jonatas Rodrigues Medeiros e João Gonçalves Simões), **SINTUFEP/RURAL**(Elcir Barbosa do Nascimento e Durval Rodrigues Batista), **SINTFUB**(Manoel Mendes Alves, Moacir Ferreira Cortes, Susana Xavier), **SINTUFEJUF** ( Rogério da Silva e Felipe José Alves Santos), **APTAFURG**(Peçanha), **SINTUFSCAR** (Humberto), **SINTESPB**(Valdevino Neto, Wilson José, Alves, Raquele Helena Soares, Gláucia Nunes Viñas), **SISTA-MS**(Diego Gonçalves, Joaquim Francisco de Souza), **SINTEST-AC**(LOTT), **APTAFURG**(Peçanha).

**Encontro Premiação INOVASUS:** Cassia Magalhães.

## INFORME NACIONAL

### CNG/FASUBRA

**Atenção, Atenção!**

**Reafirmamos a importância das entidades de base a enviarem seus representantes para o CNG.**

**Na próxima semana estaremos compilando todos os informes de base para o Informe de Greve.**

**Contato:**

Fone/Fax: **61-3349.1772**

E-mail: [cngfasubra@fasubra.org.br](mailto:cngfasubra@fasubra.org.br); [c/c\\_fasubra@fasubra.org.br](mailto:c/c_fasubra@fasubra.org.br)

### COMPOSIÇÃO DO CNG E FUNDO DE GREVE

**Transcrição do Estatuto, disponível no home page da Federação, no link Estatuto.**

#### **CAPÍTULO VIII - DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS**

**Artigo 79 - No momento de deflagração da Greve será constituído o Fundo de Greve no valor de 15% (quinze por cento), uma única vez, da arrecadação extra para o Fundo de Greve das entidades filiadas.**

**Artigo 80 - No caso das entidades que não descontarem o Fundo de Greve, haverá um acréscimo de 2,5% (dois e meio por cento) na arrecadação mensal da entidade para a FASUBRA, pelo período que durar a Greve.**

**Artigo 81 - A FASUBRA Sindical depositará mensalmente, em conta específica para constituir um Fundo de Greve, percentual equivalente a 5% (cinco por cento) de sua arrecadação.**

Artigo 82 - A obrigatoriedade de repasse do Fundo de Greve recai sobre todas as entidades filiadas da FASUBRA Sindical do Setor das Federais.

Artigo 83 - Ao final do movimento paredista, o saldo financeiro será depositado em uma conta especial que só poderá ser usado em greve, salvo decisão de Plenária Nacional do Setor das Federais e/ou CONFASUBRA.

#### **DA CONSTITUIÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS**

**Artigo 84 - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será constituído pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical e por delegados das entidades de base filiadas, em greve, obedecendo à proporção indicada no Estatuto da Federação, no capítulo da eleição de delegados de base definida para a Plenária Nacional do Setor da FASUBRA Sindical, sem a figura do delegado de direção.**

### **QUADRO DE ADESÃO GREVE TAE 2014**

<b>DEFLAGRAÇÃO DA GREVE 2014</b>				
	<b>ENTIDADE</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1.	SINTUNIR			
2.	SINSTAUFAP			
3.	SINTESAM	X		
4.	SINDTIFES-PA	X		
5.	SINTEST-AC	X		
6.	SINTUFAL	X		
7.	SINTUFPI	X		
8.	SINTUFEPE-RUR	X		
9.	SINTUFEPE-FED	X		
10.	ASSUFBA-SIND.	X		
11.	SINTUFCE			
12.	SINTEST-RN	X		
13.	SINTESPB	X		
14.	SINTEMA			
15.	SINTUFS			A PARTIR DE 26/03
16.	SINTUF-MT	X		
17.	SINT-IFESgo	X		
18.	SINTFUB	X		
19.	SISTA-MS	X		
20.	SINTAD-TO			
21.	ASAV-SIND.	X		
22.	SINDIFES			
23.	SINTUNIFEI	X		
24.	SINDUFLA	X		
25.	SINTE-MED	X		
26.	SINTUFEJUF	X		
27.	SIND. ASSUFOP	X		
28.	SINT-UNIFAL			
29.	SINDS-UFSJ	X		
30.	SINTET-UFU	X		
31.	SINTUFES	X		
32.	SINTUFSCAR	X		
33.	SINTUNIFESP		X	
34.	SINTUFABC			
35.	ASUNIRIO	X		
36.	SINTUFF	X		
37.	SINTUR-RJ	X		

<b>38.</b>	SINTUFRJ	<b>X</b>		
<b>39.</b>	SINTUFSC	<b>X</b>		
<b>40.</b>	SINDITEST-PR	<b>X</b>		
<b>41.</b>	ASSUFRGS	<b>X</b>		
<b>42.</b>	ASSUFMS		<b>X</b>	
<b>43.</b>	APTAFURG	<b>X</b>		
<b>44.</b>	ASUFPEL			AG 26/03
<b>45.</b>	SINDIPAMPA			
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>02</b>	

## **CNG DA FASUBRA ACOMPANHA, NO SENADO FEDERAL, AUDIÊNCIA SOBRE DIREITO DE GREVE**

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA Sindical participou hoje (24) da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH) sobre direito de greve.

A Audiência foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para instruir os Projetos de Lei do Senado 287/2013 e 710/2011, ouvindo as centrais sindicais e representantes dos trabalhadores do serviço público ligados ao Fórum Nacional de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE).

Os PLS dispõem sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre direito de greve encontram resistência dos servidores públicos que estão preocupados com as limitações que os PLS trarão para a mobilização dos trabalhadores, principalmente quanto ao quantitativo mínimo de servidores que poderão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; e a antecedência do aviso para a deflagração da greve.

Os sindicalistas aproveitaram a ocasião para fazer a defesa da negociação coletiva. "Hoje, os trabalhadores fazem greve somente para abrir as negociações. Isso é lamentável", disse o presidente do (Unacon Sindical), Rudinei Marques. A crítica foi seguida pelos sindicalistas das centrais CTB, Força Sindical, NCST, UGT e CSPB que falaram após os dirigentes do FONACATE.

Representando o ministério do Planejamento, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, disse que a indicação da Presidência da República é de que o Governo negocie em conjunto três temas: direito de greve, regulamentação da negociação coletiva e organização sindical.

Para o senador Paulo Paim, é necessário pressionar o governo e os parlamentares para avançar na regulamentação. "A questão do direito de greve é um problema de todos os partidos. Aqueles que ideologicamente mandaram no país durante 500 anos nunca regulamentaram o direito de greve. Isso não é desculpa para que nós já não tenhamos regulamentado nesses 12 anos. A cobrança tem que ser em cima de todos os partidos", disse Paim.

Ao final da audiência o senador deu como encaminhamento a realização de uma reunião de trabalho com as centrais sindicais e representantes dos servidores públicos com a perspectiva de "fusão" de dois dos projetos sobre direito de greve que tramitam no Senado e de uma nova audiência pública para finalizar a questão e apresentar a versão a versão final do relatório da CDH/Senado Federal.

### **GREVE DA FASUBRA**

Aproveitando a oportunidade, o representante da CTB, João Paulo Ribeiro (JP), que anteriormente havia criticado a morosidade do governo em garantir efetividade às mesas de negociação, pediu solidariedade aos sindicalistas presentes à greve da FASUBRA Sindical.

Para o sindicalista, a inflação consome os recursos do trabalhador, os TAEs têm o menor piso dentre os servidores públicos federais e não há posicionamento do governo para resolver a questão. "Ora, nós aceitamos o acordo de 2012 porque era o possível de ser conquistado naquele momento. Agora nos queremos mais. O acordo é passível de ajuste diante da conjuntura dinâmica", enfatizou JP. A colocação foi aplaudida pelos sindicalistas e por

membros do CNG que portavam cartazes onde exigiam o direito de greve e negociação com o governo.

Após a audiência, o CNG da FASUBRA Sindical e sindicalistas, a convite do senador Paulo Paim, foram prestar solidariedade aos companheiros da AEROS (fundo de pensão dos aviários), que estão acampados há 15 dias no Salão Verde do Congresso Nacional. Eles exigem que o Governo Federal cumpra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e pague os valores oriundos de causa ganha naquela instância, já que em sua ampla maioria os beneficiários têm idade avançada.

Foi mais um dia de luta no qual o CNG demonstrou a disposição de luta da categoria expondo a greve para o país através da imprensa que cobria a audiência.

## INFORMES DE BASE

**SINTUFSC:** "Os trabalhadores da UFSC reunidos em assembleia geral no dia 25-03-2014, 9h no auditório da Reitoria deliberaram pelos seguintes encaminhamentos:

- 1- Próxima AGP dia 27 de março, quinta-feira, 14h no auditório do HU;
- 2- AGP na rótula do DAE na próxima terça-feira, 01 de abril, 8h.
- 3- Unificação da luta com o grupo de pais e mães da UFSC;
- 4- Participação no ato em Joinville no dia 3 de abril, quinta-feira. Será disponibilizado 2 ônibus e pagamento de lanche;
- 5- Confecção de 500 camisetas em defesa do Hu 100% público sendo 200 para os estudantes e 300 para a greve.
- 6- Comissão para organizar um sopão na quinta-feira, dia 27, 11h em frente a Reitoria. Comissão responsável: Otávio Pereira, Veridiana Bertelli, Soeli Moraes, Hudson Queiroz, Isabel da Silva, Teresinha m da Silva, Vera Lúcia F Soares, Lena, Herondina Maria Nascimento Pires, João Batista da Silva;
- 7- Discutir no Comando Local de Greve um seminário para debater a situação dos campi (Joinville, Araranguá e Curitiba). Assinaram a lista de presença 218 trabalhadores."

**ASSUFBA SIND.:** "Reunião no Hupes trata de greve e EBSEH

Acompanhado da deputada federal pelo PC do B, Alice Portugal que é servidora licenciada da UFBA, convidada ao debate, o coordenador Geral da ASSUFBA, Renato Jorge Pinto abriu juntamente com a Seção ASSUFBA, reunião com os servidores do Hupes, na manhã de sexta (21). O coordenador da ASSUFBA detalhou a situação de várias universidades no país, que já estão paradas em decorrência da greve iniciada no dia 17.

Renato Jorge também fez relato da audiência com a reitora da UFBA, Prof. Dora Leal Rosa, no dia 18, destacando que um dos pontos mais importantes tratados foi a questão da Terceirização. "Só para vocês terem uma ideia, o passivo da Fapex está em R\$26 mi. E no próximo Consuni enfrentaremos um dilema na pauta, que é a revalidação do convênio com a Fapex".

Dos informes nacionais, foi a vez da deputada federal Alice Portugal prestar esclarecimentos com relação ao contexto da greve em relação ao congresso nacional, por onde passam todas as decisões orçamentárias relativas aos servidores públicos. "Esse ano terá um limite orçamentário maior porque a partir de 5 de abril não pode sair aumento para servidor público porque a data é exatamente seis meses antes das eleições. Com isso temos que fazer uma greve forte e criativa, que traga ganhos para os trabalhadores das universidades, bem como buscar aliados em outras esferas. No campo parlamentar estou a disposição da Fasubra.", destacou a parlamentar.

A deputada também salientou as características da greve no hospital, que é atípica e mais de convencimento por conta do tipo de serviço prestado à comunidade. Ela também falou sobre a EBSEH e que "Não podemos aceitar que pessoas de fora venham assumir a direção do hospital".

Acordo de Greve - A questão de como a greve acontecerá no hospital foi tratada pela coordenação da ASSUFBA com os servidores através da construção do Acordo de Greve.

Neste acordo, o CLG busca garantir o direito à greve dos trabalhadores sem comprometer o direito à vida de nossa população, razão maior da existência do COM-HUPES."

**SISTA-MS:** “Conforme deliberado na Plenária Nacional dos dias 08 a 09 de fevereiro, estamos seguindo as decisões daquele fórum deliberativo de nossa federação. **Portanto, desde o dia 17 de março de 2014, estamos em greve por tempo indeterminado.** Esta posição foi reafirmada na nossa Assembleia de Greve do dia 19.03.14.

Informamos ainda que, diante do exposto no **ID MAR-02**, enviados às bases com duas avaliações dos grupos políticos da Federação e o ofício enviado pelo governo, nesta mesma Assembleia aprovamos que: **Jamais a FASUBRA proceda esta atitude novamente, pois, ao invés de agregar a categoria, e da forma que o ID foi formatado, demonstra a desunião da Direção da FASUBRA e, ao mesmo tempo, leva aos trabalhadores de base insegurança um divisionismo imensurável.**

Também aprovamos que nas negociações que possivelmente venham acontecer, além da pauta geral e específica, se dê prioridade ao atendimento às reivindicações dos Aposentados e Racionalização de Cargos.

Por fim, na Assembleia de Greve de hoje (21.03.14), aprovamos o envio de dois delegados para o Comando Nacional de Greve: Diego Gonçalves Rodrigues e Joaquim Francisco de Souza.”

**ASAV-SIND.:** “GREVE: Assembleia Geral da ASAV aprova adesão ao movimento nacional de greve dos técnico-administrativos em Educação.

Em assembleia geral da ASAV nesta segunda-feira, dia 24 de março de 2014 a categoria aprovou a adesão dos técnico-administrativos da UFV à Greve Nacional da FASUBRA em andamento desde 17/03/14.

Após intensas avaliações de conjuntura e por maioria de votos, a categoria decidiu pela entrada imediata na greve nacional, a partir das 0h do dia 25/03/14.

Com a adesão, a direção da ASAV encaminha hoje a reitoria da UFV o comunicado da greve e solicitação da nomeação pela administração da UFV da comissão de interlocução da greve para negociação da pauta interna e também definições sobre os serviços essenciais.

O Comando Local de Greve, órgão responsável pela condução do movimento grevista, será instalado na sede da ASAV nesse dia 25 a partir das 14h, onde será montado a mesa diretora dos trabalhos e demais encaminhamentos de mobilização.

Mais informações na página da ASAV: [www.asavufv.org.br](http://www.asavufv.org.br)”.

### **SINTUF-MT: “Deliberação de Assembleia Geral do SINTUF-MT**

Aos 17 dias do mês de março de 2014, às 09h00 com a participação de 175 (cento e setenta e cinco) companheiros (as) foi instalada Assembleia Geral da categoria para deliberar sobre o seguinte ponto de pauta: Indicativo de Greve da FASUBRA – para o dia 17 de março.

#### **01. Informes locais e nacionais;**

#### **02. INDICATIVO DE GREVE;**

#### **03. Encaminhamentos ao CNG.**

A Mesa foi composta pela coordenação geral do SINTUFMT, Léia, Conrado e Vicentinho e pelos delegados que foram a Plenária Nacional da FASUBRA.

Iniciando os trabalhos a coordenação da mesa passou os **Informes Locais** sobre:

#### **01. Poupança com o saldo do Fundo de Greve de 2012.**

#### **02. Construção do Alojamento da Chácara do SINTUFMT.**

#### **03. Assembleia de Prestação de Contas do SINTUFMT – com aprovação das contas da gestão atual referente ao período de junho de 2013 a dezembro de 2013.**

#### **04. Valor da refeição para técnico-administrativos no Restaurante Universitário.**

#### **05. Continuidade das negociações da Pauta Interna – com portaria constituindo novo grupo para negociar os itens pendentes.**

#### **06. Encaminhamentos da reunião conjunta com o DCE, no tocante a jornada de Trabalho ininterrupto e Creche.**

Em seguida passou ao segundo ponto de pauta: **Informes Nacionais**.

As companheiras Suen e Simone passaram os informes da Plenária Nacional da FASUBRA realizada no mês de fevereiro, onde foi destacado a posição da delegação do SINTUFMT que defendeu a Greve geral dos SPFS, tendo por ponto de pauta prioritário a regulamentação da negociação coletiva e definição de data base, isonomia do auxílio-alimentação, além das questões setorializadas da FASUBRA. Disseram que a direção da FASUBRA que coordenou a Plenária não sustentou os Informes anteriormente veiculados sobre a Greve Geral dos SPs, e que no transcorrer do debate passou a defender a Greve apenas da FASUBRA. A maioria das entidades de base que levaram posição era de ser favorável a Greve Geral dos SPF's. O quadro com a posição das Assembleias de base caracterizando que tipo de Greve não foi divulgado pela FASUBRA, fato que questionamos. A partir daí a Plenária começou a debater na lógica da construção do eixo setorializado para pressionar o governo a apresentar proposições que resolvessem a pauta, principalmente no tocante aos desdobramentos dos GT's. A delegação do SINTUF questionou a forma de condução da Plenária, em virtude da falácia da Greve Geral dos SPF's disseminada na base, provocando uma confusão na categoria. No momento da votação do indicativo a delegação votou a favor do eixo específico, como forma de pressionar o governo a apresentar proposições que possibilitasse a retomada do processo negocial com resolutividade a partir dos relatórios construídos nos GT's (Grupos de Trabalho), vez que entendia o prazo pequeno para novas negociações de impacto financeiro bem como o elemento do acordo de greve em vigência com impactos financeiros para 2014 e 2015.

Logo a seguir iniciou o terceiro ponto de pauta: **Indicativo de Greve – 17 de março**.

A mesa leu todos informes enviados pela FASUBRA e o documento enviado pelo MEC em 14 de março de 2014. Após esclarecimentos abriu para avaliação do Indicativo de Greve.

Foram realizadas 12 intervenções, avaliando o momento e o indicativo da FASUBRA. Em seguida foi encaminhada a votação, sendo que o indicativo de Greve com deflagração a partir de 6ª feira foi aprovado pela maioria, contabilizando ainda votos contrários e abstenções, embora não tenha havido nenhuma defesa contrária a Greve.

Em sequência a Assembleia Geral aprovou os seguintes encaminhamentos, por unanimidade, que serão enviados a FASUBRA para debate e publicações em seus Informativos:

- Instalação do comando local de greve sexta-feira 17/03 às 14h, oportunidade em que será escolhido os representantes do SINTUF no CNG;
- Os representantes no CNG irão ler essa resolução no Comando Nacional de Greve.
- Crítica à FASUBRA quanto à posição do coordenador geral Gibran, inábil do ponto de vista político, na 1ª reunião junto ao governo, disponibilizado em áudio no site da FASUBRA, ao afirmar que **“se o governo apresentasse uma proposta com ganhos para a categoria mesmo sem impacto financeiro a categoria iria rever a posição”** que favoreceu ao governo trabalhar apenas as demandas dos GT's;
- Cobrar a FASUBRA qual a sua avaliação com relação à superação dos entulhos autoritários do governo FHC, principalmente com relação a democratização e autonomia da Universidade, atacada por uma legislação antidemocrática para eleição para reitores;
- Cobrar à FASUBRA que defina com exatidão quais os cenários e estratégias de negociação do eixo da greve setorial; o que se quer atingir; qual a margem de negociação; qual a análise quanto à posição do governo sobre os desdobramentos dos Grupos de Trabalhos;
- Cobrar informações quanto à manifestação da FASUBRA no site da entidade de que a Greve estava mantida porque o Governo não atendeu TOTALMENTE a pauta. E se nessa Greve da FASUBRA será inaugurada a estratégia **do tudo ou nada**.
- Cobrar manifestação e retratação do campo majoritário da FASUBRA quanto à acusação ao campo cutista e independentes de que são “agentes do governo no movimento sindical”, bem como manifestação dos acusados;
- Com relação aos pontos que não estavam previsto no eixo da Greve, como extensão do art.30 (curso de pós-graduação no estágio probatório); art.6º §10 aproveitamento de disciplinas do curso de pós-graduação para progressão por capacitação, os trabalhadores presentes na AG consideraram um avanço a posição do governo e questiona a FASUBRA quanto à responsabilidade da direção caso o governo entenda que a Greve representa a não possibilidade da continuidade da negociação em curso e retirem as propostas apresentadas;
- Foi questionado na Assembleia Geral quanto ao nome das Universidades onde seus reitores praticam “truculência”, para que o movimento nacionalmente denuncie essa prática;

- Expor a posição dos técnico-administrativos da UFMT de que o momento para combater a Copa deveria ser à época da reivindicação do Brasil em sediar a mesma e que o SINTUFMT não aceita a utilização da Greve como ferramenta para combater Copa. A Greve é para defender interesses da categoria.

- Esclarecimento da FASUBRA quanto ao limite de negociação referente ao eixo da Greve específica e quanto aos prazos legais para ter impactos financeiros.

- Cobram da FASUBRA que elaborem quadro comparativo entre o que a FASUBRA reivindicou na pauta específica com o documento apresentado pelo governo, no dia 14 de março, acompanhado de avaliação, vez que na análise dos trabalhadores da UFMT foi identificado que várias proposições dialogam com a pauta da FASUBRA, inclusive avançam na resolução de temas históricos, como a democratização nas Universidades.”

**ASUFPEL:** “A ASUFPEL-Sindicato realizou Assembleia Geral, ontem, 20 de março, quinta-feira, na sede da entidade. Na pauta, informes locais e nacionais e resposta do Governo à pauta específica da Fasubra. A adesão ou não à greve deflagrada pela Fasubra foi debatida, com várias manifestações. Ao final, com apenas uma abstenção, a categoria decidiu por não aderir à greve, permanecendo mobilizada **ATÉ A PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, QUANDO SERÁ REALIZADA UMA NOVA ASSEMBLEIA GERAL, às 14h, para definir se a categoria ingressará ou não na greve”.**

**ASUFPEL:** “CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

A Coordenação da ASUFPEL Sindicato, nos termos do artigo 16, §1º do Estatuto Social, convoca os servidores federais em educação de Pelotas e Capão do Leão, ativos e aposentados para a assembleia geral extraordinária que será realizada, no dia 26 de março, quarta-feira, às 14h em primeira convocação e às 14h30min em segunda convocação, na sede da entidade, situada na rua XV de Novembro, 262, com a seguinte pauta:

- Informes locais e Nacionais;

- Deliberação sobre adesão ou não da categoria à greve nacional.

**SINTEST/RN:** “A segunda assembleia de greve da UFRN mostrou algo que já se percebeu nos cinco primeiros dias de movimento: o crescimento da adesão. Na assembleia de deflagração, assinaram a lista de presença cerca de 300 pessoas. Desta vez, o número de presentes subiu para 400. Nacionalmente já são 27 universidades paralisadas e várias outras em via de parar, aguardando apenas o cumprimento dos prazos regulamentares de aviso prévio para este tipo de movimento, de acordo com a lei. A mobilização continuará forte e a boa notícia é o grande número de novos servidores que aderiram ao movimento e que estão participando de todas as atividades da greve. Inclusive, a cada nova assembleia cresce o número de sindicalização. Após a fase de informes e avaliação, os presentes aprovaram os seguintes encaminhamentos:

- Audiência com a reitora e com os diretores dos hospitais onde deverá ser apresentada uma pauta interna de reivindicações;

- Realização de Sessão Popular que será proposta pelo Vereador Sandro Pimentel, na Câmara Municipal de Natal;

- Homologados novos nomes para se incorporar ao Comando Local de Greve (CLG-RN);

- Continuidade da greve por tempo indeterminado.

Outros encaminhamentos ficaram de ser discutidos pelo CLG, o qual a assembleia deu plenos poderes de decisão. Vale ressaltar que a UFRN ainda realizará sua segunda assembleia de greve no próximo dia 27 (quinta-feira).

### **Calendário de Atividades da Semana**

#### **24/03, segunda-feira:**

08h – Mobilização na MEJC

10h – Mobilização no HUOL

14h – Panfletagem no Complexo de Saúde.

#### **25/03, terça-feira:**

8h – Concentração na reitoria seguida de “arrastão” com vuvuzelas, bandinha, metais, trajetória pelos centros acadêmicos e unidades administrativas especializadas, planejada pelo CLG.

14h – Reunião do CLG

#### **26/03, quarta-feira:**

9h – Mobilização na Escola Agrícola de Jundiá (todo CLG)

14h – Mobilização: Centros Acadêmicos, laboratórios e outros setores (todo CLG)

## **27/03, quinta-feira:**

8h 30min – Assembleia no Campus Central da UFRN (Reitoria)

8h 30min – Assembleia no Campus Central da UFERSA (Reitoria)

14h – Reunião do CLG

## **28/03, sexta-feira:**

9h – Assembleia da CAURN”.

# **NOTÍCIAS**

## **Regulamentação do direito de greve no serviço público está em debate na CDH**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) está reunida na manhã desta segunda-feira (24) para debater o direito de greve no serviço público. O foco da audiência pública, que conta com recursos de interatividade, são dois projetos: o [PLS 287/2013](#), de autoria da própria CDH e fruto de uma sugestão apresentada pelo Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado, e o [PLS 710/2011](#), apresentado pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

A proposta que veio da sociedade assegura a todos os servidores públicos civis o direito de greve. Veda, no entanto, essa possibilidade aos militares das Forças Armadas e de forças auxiliares. O projeto prevê ainda que durante as paralisações fica obrigado o atendimento às necessidades inadiáveis da sociedade.

Já o projeto do senador Aloysio Nunes, que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina a suspensão de pagamento dos salários nos dias não trabalhados. Se houver a compensação dos dias parados, os salários podem ser pagos. O projeto ainda determina que pelo menos 60% dos servidores das atividades consideradas essenciais têm que continuar no trabalho para o atendimento à sociedade.

Representantes de categorias de servidores públicos e dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Trabalho em Emprego participam da reunião que está sendo conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Agência Senado

## **Servidores e centrais defendem fortalecimento da negociação coletiva**

Fortalecer e regulamentar a negociação coletiva foi a principal reivindicação apresentada por representantes de servidores públicos e de centrais sindicais, nesta segunda-feira (24), na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) sobre o projeto que regulamentará o direito de greve no serviço público. Apesar de prevista na Constituição, desde 1988, essa garantia nunca foi regulamentada.

O art. 37, inciso VII, da Carta Magna prevê que o direito de greve dos servidores públicos "será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica". No entanto, passados mais de 25 anos de sua promulgação, a regulamentação ainda não foi feita.

Entre os pontos polêmicos que vem retardando a votação de um projeto com esse objetivo está o quantitativo mínimo de servidores que deverão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; e a antecedência do aviso para a deflagração da greve.

Segundo representantes de servidores públicos, a greve ocorre porque não há diálogo entre o gestor e o funcionalismo. Além de regular o direito de greve e a negociação coletiva, o projeto também deve englobar temas como acordos, dissídios e data-base.

— Nós fazemos hoje greve e paralisações simplesmente para termos direito à negociação salarial. E isso é lamentável. Era de se esperar que passados 12 anos do governo do Partido dos Trabalhadores nós tivéssemos essa regulamentação — disse Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical).

Vice-presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacat), Daro Piffer, lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dá aos trabalhadores da iniciativa privada o direito de se organizar, negociar e fazer acordos coletivos e greves há muito tempo.

— Todos nós somos trabalhadores e o direito deve ser igual para todos sob pena de reduzirmos o servidor público a uma subcategoria, inferior a do empregado da iniciativa privada — afirmou Piffer.

A posição foi endossada por outros representantes de trabalhadores do funcionalismo público que participaram do debate. Eles também manifestaram preocupação com projetos em tramitação no Congresso que exigem, durante a greve, que pelo menos 60% dos servidores têm que continuar no trabalho para o atendimento à sociedade em atividades consideradas essenciais como emergências de hospitais, abastecimento de água e energia, e coleta de lixo.

Em resposta a críticas de servidores e das centrais sobre um possível descaso do governo em relação ao funcionalismo público, o secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça, sustentou que avanços importantes, em especial quanto a recuperação salarial, foram obtidos na última década.

— Uma coisa é dizer que eu saí insatisfeito de uma negociação e de um termo de acordo que tive de assinar, outra coisa é dizer que a prática deste governo é igual à dos governos anteriores, já que temos 130 termos de acordo assinados ao longo desses onze anos — ponderou Mendonça.

Também foram ouvidos na audiência pública, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge; a diretora-adjunta de Relações Intersindicais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Maria Urânia da Silva Costa; Rita Maria Pinheiro, assessora de relações do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto.

Fonte: Agência Senado

<b>CALENDÁRIO DE ATIVIDADES</b>	
<b>2014</b>	
<b>MARÇO</b>	
<b>25 e 26</b>	142ª. RO - CIRH
<b>25 e 26</b>	Encontro de Premiação INOVASUS
<b>ABRIL</b>	
<b>09</b>	Marcha das Centrais Sindicais com atividades nos estados
<b>9 e 10</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>12 e 13</b>	143ª. RO - CIRH
<b>28 e 29</b>	66º Reunião da MNNP-SUS
<b>MAIO</b>	
<b>7 e 8</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>21 e 22</b>	144ª. RO - CIRH
<b>JUNHO</b>	
<b>4 e 5</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>25 e 26</b>	145ª. RO - CIRH
<b>JULHO</b>	
<b>16 e 17</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>23 e 24</b>	146ª. RO - CIRH
<b>AGOSTO</b>	
<b>6 e 7</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>20 e 21</b>	147ª. RO - CIRH
<b>SETEMBRO</b>	
<b>10 e 11</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>24 e 25</b>	148ª. RO - CIRH
<b>OUTUBRO</b>	
<b>8 e 9</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>22 e 23</b>	149ª. RO - CIRH
<b>NOVEMBRO</b>	
<b>5 e 6</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>19 a 23</b>	CONAE
<b>26 e 27</b>	150ª. RO - CIRH
<b>DEZEMBRO</b>	
<b>10 e 11</b>	Reunião Ordinária CNS
<b>11 e 12</b>	1º dia da CIRH concomitante com 2º dia do pleno do CNS.

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso 1 – Bloco C – Sala C.1-56/2 – CEP 70.904-970 – Cx. Postal 04539 – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte - Brasília – DF Fones: +55 (61) 3349-9151 – FAX: +55 (61) 3349-1571 -E-mail: fasubra@fasubra.org.br - Portal: www.fasubra.org.br'